

Reunião de Câmara 15/11/2018
Deliberação n.º 241/2018
Aprovado por unanimidade



Reunião de Assembleia ____/____/20____
Deliberação n.º ____/____

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
Gabinete da Presidência

PROPOSTA Nº 207/2018
Mandato 2017/2021

**Publicitação de Procedimento
e Participação Procedimental**

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS

Considerando que:

- o atual executivo em regime de permanência tem vindo a centralizar a sua atenção na revitalização do tecido comercial do Município de Santa Cruz, designadamente na Freguesia da Camacha, com o objetivo primordial de valorizar os produtores locais e respetivos produtos, como também de alavancar o crescimento socioeconómico e a vitalidade da freguesia.
- aliado ao desiderato supracitado, a recente edificação do *Mercadinho da Camacha* tornou essencial criar uma taxa de ocupação justa, equilibrada e impulsionadora de novos comerciantes que identifiquem no respetivo espaço, um local de excelência para exibirem e promoverem os seus produtos, a sua arte e/ou as suas capacidades de inovação e empreendedorismo.
- nos termos da lei compete às autarquias locais criar, construir e gerir instalações, equipamentos e serviços de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, pelo que cabe à Câmara Municipal de Santa Cruz propor a aprovação do presente Regulamento, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- torna-se assim imperativo a confirmação da Taxa praticada pelo Município no domínio do *Mercadinho da Camacha*, o que se faz nos termos dispostos no documento anexo à presente proposta e respetiva fundamentação económica ou financeira que suporta a tomada de decisão do presente executivo.



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL
Gabinete da Presidência**

- o n.º 1 do Artigo 98.º do Código de Procedimento Administrativo, que define que o início do procedimento deve ser publicitado na Internet com a indicação do órgão competente para decidir desencadear o procedimento 'in casu' a Câmara Municipal, com o seu objeto e a forma como se processa a constituição de interessados e a possível apresentação de contributos para o regulamento.

Em face do que antecede, **tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Santa Cruz delibere aprovar:**

1. A abertura do Procedimento referente à criação da Taxa de Ocupação do Mercadinho da Camacha, que constitui a "Tabela Geral de Taxas", Capítulo VI, Artigo 63.º, da presente proposta de alteração ao Regulamento de Taxas do Município de Santa Cruz, que faz parte integrante deste projeto, que contempla, como anexo, o Relatório de Fundamentação Económica e Financeira;
2. Com o cumprimento do número anterior, remeter a presente proposta à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com o artigo 25.º, n.º 1, g) da Lei 75/2013, conjugado com o artigo 33.º, n.º 1, k) do referido Diploma;
3. Que a tramitação da presente deliberação seja conduzida pela Secção de Dinamização Local.

Paços do Concelho de Santa Cruz, 07 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara,

Filipe Martiniano Martins de Sousa

MR



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

Projeto de Alteração ao Regulamento de Taxas Municipais

Regulamento n.º 653/2011

Diário da República, 2.ª Série – N.º 250, de 30 de dezembro de 2011

Anexo

Tabela Geral de Taxas

Capítulo VI

Mercados, feiras e venda ambulante

Artigo 63.º

4.1 *Mercadinho da Camacha* - Bancada, por mês ou fração..... € 65,00

Custos Apurados	Valores Finais	
Taxa Mensal do <i>Mercadinho da Camacha</i>	€	65,00
Custo de Execução Mensal	€	137,68
Diferencial (Benefício Social)	€	72,68



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

1. Fundamentação Económico-Financeira da Taxa de Ocupação do *Mercadinho da Camacha*

1.1 Introdução

À semelhança das taxas definidas no Regulamento de Taxas em vigor no Município de Santa Cruz e das subseqüentes revisões, a inclusão, no regulamento anteriormente mencionado, de uma nova taxa referente ao *Mercadinho da Camacha*, carece de fundamentação económico-financeira, conforme estabelecido na Lei 53-E/2006, de 29 de dezembro que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTL).

Assim, de acordo com o n.º 2 do artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, a criação de taxas por parte das autarquias deve ser efetuada, com base num regulamento, aprovado pelo órgão deliberativo, que contenha, obrigatoriamente, sob pena de nulidade: “a indicação da base de incidência objetiva e subjetiva; o valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar; a fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas (designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local), as isenções e sua fundamentação; o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas e a admissibilidade do pagamento em prestações.”

O Regime Geral estabelece igualmente no n.º 1 do artigo 4.º que o valor das taxas cobradas pelas autarquias “não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular.” Deste modo, e porque apenas carece de fundamentação a taxa de ocupação das *bancas do Mercadinho da Camacha*, a presente argumentação económico-financeira assentou nos cálculos realizados para o atual regulamento acrescentando os custos diretos, pelo que não é realizado um enquadramento teórico desta fundamentação, disponibilizando-se apenas como referência que a fórmula de definição da taxa é a seguinte:

$$\text{Valor da Taxa} = \text{Custo de Execução} - \text{Benefício Social} + \text{Custo Social}$$

Isto significa que a autarquia deve cobrar, pela prestação de um determinado serviço ou utilização de um bem, uma taxa igual ao custo que incorre aquando a realização/manutenção do mesmo, deduzida dos benefícios auferidos pelos cidadãos em geral e acrescida do custo social existente.

1.2 Definição do Valor da Taxa

O *Mercadinho da Camacha* é uma infraestrutura criada de raiz cuja construção, adicionada de todos os trabalhos complementares custou à autarquia € 152.587,31 (*vide* quadro 1).



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

Quadro 1. Custo da Infraestrutura – *Mercadinho da Camacha*.

Custo do Equipamento		
Construção	€	124 552,19
Obras Acessórias	€	28 035,12
Total	€	152 587,31

De referir que o terreno onde se encontra implantada a infraestrutura do *Mercadinho da Camacha* não tem registo contabilístico valorizado, atendendo à antiguidade da sua titularidade pelo município e, por se considerar que o valor da taxa é significativamente inferior ao valor do custo da sua execução, o mesmo não foi avaliado para efeitos de imputação ao valor da taxa em fundamentação.

No que se refere aos custos com pessoal e imputação de custos diretos, foi tomado como base o apuramento dos custos minuto por categoria de pessoal realizado pela empresa Albino Jacinto & Pereira da Silva, SROC (APS), aquando da elaboração da última fundamentação económico-financeira de atualização do regulamento de taxas. Considerou-se que o apuramento efetuado pela empresa supramencionada não seria superior aos custos atuais da autarquia, atendendo que atualmente os custos com pessoal serão superiores por já não está em vigor a redução remuneratória para os funcionários da administração pública.

Por conseguinte, foram apurados os tempos necessários para a prestação do serviço associado à presente taxa e que compreendem as várias etapas da mesma, nomeadamente a liquidação, cobrança, manutenção, limpeza e fiscalização. Deste modo, com base nos tempos inerentes às várias etapas mencionadas anteriormente, procurou-se imputar o custo de execução da taxa (*vide* quadro 2).

Quadro 2. Custo de Execução da Taxa.

Categoria	Custo Imputado (valor mês)	
Assistente Operacional	€	617,70
Técnico Superior	€	286,68
Assistente Técnico	€	61,08
Fiscal	€	31,30
Chefe de Divisão	€	30,20
Total	€	1 026,96

Através de simplificação uma vez que o valor da taxa de execução é notoriamente superior ao valor da taxa definido, não foram imputados outros custos administrativos e de gastos gerais. Assim,



MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ
CÂMARA MUNICIPAL

estipulou-se uma taxa de 6% como de rentabilidade esperada do valor da construção, sendo importante reforçar que o valor do terreno não é incluído neste apuramento, temos que o custo mensal de execução desta taxa é de € 137,68 (*vide* quadro 3).

Quadro 3. Custo Direto Mensal por Espaço.

Apuramento do Custo Direto Mensal por Espaço		
Custo Equipamento x 6%/12 Meses	€	762,94
Custos com Pessoal (valor mês)	€	1 026,96
Total de Custos Mensais (TCM)	€	1 789,90
Valor por Espaço = TCM/13	€	137,68

Em suma, é possível constatar que apesar do custo de execução da taxa relativa à ocupação do *Mercadinho da Camacha*, não incluir a totalidade dos custos que poderiam estar associados ou imputados, esta é objetivamente superior ao valor definido na Tabela de Taxas, ou seja, à proposta apresentada como nova taxa mensal do respetivo mercadinho (€ 65,00), sendo o diferencial considerado como benefício social (*vide* quadro 4).

Quadro 4. Resumo dos Valores Estabelecidos.

Compêndio dos Valores Apurados		
Nova Taxa Mensal	€	65,00
Custo de Execução Mensal	€	137,68
Diferencial	€	72,68